

CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2023



Engenheiro Civil

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Dia 18 de maio: ainda estampamos nossas caras com uma insana alegria

A Luta Antimanicomial é fruto de um processo histórico chamado “Reforma Psiquiátrica”.

Burburinho. Cartazes prontos. Quem carrega as faixas? Todos já chegaram? O lanche está pronto para o momento da fome. Maria leva o megafone e Paulo carrega as folhinhas com palavras sobre liberdade para distribuir para quem for encontrando no caminho. Cláudia chamou a filha para participar neste dia. E Rogério que não se abre muito nos espaços terapêuticos, hoje divide sorrisos com quem encontra. A música já está tocando e todos vão saindo rua afora.

Esta poderia ser uma cena comum para o dia 18 de maio, dia da Luta Antimanicomial. Talvez a maioria da população nunca tenha ouvido e muito menos dito essa palavra um tanto difícil de pronunciar. Mas, para nós que estamos próximos ao campo e aos serviços direcionados ao cuidado em saúde mental, o dia 18 de maio é um dia caro. Dia de estar na rua. Dia de vestir as esquinas com diferentes cores.

Dia de mover os cartazes escritos pelos trabalhadores, familiares ou usuários dos serviços de saúde mental da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Nas palavras escritas, alguns jargões tradicionais como “de perto ninguém é normal”, “tratar sim, excluir jamais”, “nenhum passo atrás, manicômio nunca mais”. Se pudéssemos, estaríamos agora vivenciando o ar de luta e alegria desta data.

Talvez o significado do dia 18 de maio se estenda ao seu ápice neste lugar: a rua. É justamente sobre conviver na cidade, nas suas infinitas diferenças, que a luta antimanicomial grita. Mas o que é, afinal, isso que propõem?

Falamos do caminho de mudança de concepção e cuidado em saúde mental. Se, por muito tempo, a atenção ao sofrimento psíquico se deu com a centralidade no manicômio, a luta antimanicomial defende que o cuidado deve ser em liberdade, nos espaços onde vive a população, em conjunto com suas famílias, entendendo a cidadania e o acesso aos direitos como fundamentais na produção de saúde de qualquer pessoa.

Violação de direitos humanos

Nos antigos manicômios, ou ainda em muitos hospitais psiquiátricos atuais, como podemos ver na inspeção nacional de hospitais psiquiátricos do Brasil, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2018, se fazem presentes marcas das condições de tratamento outrora hegemônico neste campo: situações de violação de direitos humanos, exclusão do convívio social, locais de péssima higiene, exploração de mão de obra dos internos, falta de espaços terapêuticos, entre outros.

A Luta Antimanicomial é fruto de um processo histórico chamado “Reforma Psiquiátrica”, processo complexo, que não se acaba e que segue em construção. A Reforma Psiquiátrica é um processo de mudança na concepção do saber sobre o que é a “loucura” ou o sofrimento psíquico.

Tratamento redirecionado

Assim, ela faz um giro na percepção do cuidado, saindo da centralidade do tratamento sobre uma doença (ou um código classificatório) para centrar sobre o sujeito que sofre e suas relações. Desta forma, o cuidado é singular, sem possibilidade de ser generalizado através apenas de uma ou outra medicação ou internação perpétua.

No Brasil, a reforma se manifesta principalmente através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de tratamento.

Desde então, construímos dentro do SUS um aparato que se propõe a fazer um trabalho de âmbito comunitário, com participação popular, garantia de direitos e o respeito à autonomia dos sujeitos.

Neste aparato estão os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o cuidado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), espaços coletivos de geração de renda, Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), hospitais gerais, centros de convivência, entre outros.

Pioneirismo

O Brasil, de certa forma, foi pioneiro nestas movimentações institucionais, se compararmos com nossos países vizinhos, que seguem ainda na batalha para tirar a centralidade do manicômio.

Uma história de respeito e de perseverança que continua nos fazendo questionar diariamente o que é cuidar num país com uma desigualdade social abissal, que carrega suas marcas coloniais, recordista no assassinato de pessoas LGBTQI+ e na violência contra mulheres, e que extermina sua população negra e indígena. Como criar saúde neste contexto?

Temos vivenciado retrocessos no campo da saúde, de forma geral, e da saúde mental, de forma particular, que podem ser percebidos através da diminuição crescente de recursos destinados aos serviços substitutivos ao manicômio, como os CAPS, do incentivo às comunidades terapêuticas – espaços tão controversos – e o consequente desinvestimento na Política de Redução de Danos, do avanço da cultura neoliberal de medicalização da vida incentivada pela indústria farmacêutica, dentre muitos outros exemplos de desmonte do SUS.

Sabemos que o processo de Luta Antimanicomial não é algo que se acaba. Começou e continua no corpo das pessoas. No corpo dos trabalhadores do SUS. Nos corpos e vidas que seguem resistindo e apresentando a diversidade das formas de ser e estar no mundo.

Valor da liberdade

Por isso o 18 de maio nos é tão caro. Gostamos de estar nas ruas com cores e canções, gritando pelo valor da liberdade. Neste ano, que não poderemos estar nas ruas amontoados, estaremos fazendo o que temos feito diariamente: inventado condições de resistir!

E a Luta Antimanicomial demonstra que a invenção deve ser através do encontro das diferenças, das mais lindas e singulares formas de lutar, amar, ser e viver. Se quiser inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!

(Roger Meneghetti, Luna Trott, Karoline Germano, Luisa Susin, Mariana Koetz, Wesley Carvalho, Marlize Gelatti e Nina Becker. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/18/artigo-dia-18-de-maio-ainda-estampamos-nossas-caras-com-uma-insana-alegria>. Acesso em: 14/07/2023. Adaptado.)

Questão 01

O Dia Nacional da Luta Antimanicomial, comemorado em 18 de maio, é fortemente relacionado à Reforma Psiquiátrica. Com base no texto, assinale a afirmativa que contradiz as informações sobre a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica.

- A) O Brasil, se comparado com os países vizinhos, não teve pioneirismo nas movimentações institucionais da Luta Antimanicomial.
- B) A Luta Antimanicomial defende que o cuidado à saúde mental deve acontecer em liberdade, valorizando a cidadania e o acesso aos direitos como fundamentais na produção de saúde.
- C) A Reforma Psiquiátrica no Brasil é expressa, principalmente, através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de tratamento.
- D) A Reforma Psiquiátrica propõe uma mudança de concepção sobre o que é a “loucura” ou o sofrimento psíquico, centralizando o cuidado no sujeito que sofre e em suas relações, e não mais em uma doença ou um código classificatório.

Questão 02

Considerando que o texto descreve detalhadamente o contexto e as instruções da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, qual das seguintes afirmações é correta em relação a tais movimentos?

- A) O Brasil não teve nenhuma participação importante nas movimentações institucionais relativas à Luta Antimanicomial.
- B) A Reforma Psiquiátrica tem como objetivo principal eliminar completamente os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
- C) A Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica defendem a centralização do cuidado em saúde mental exclusivamente nos manicômios.
- D) A Luta Antimanicomial é resultado de um processo histórico chamado “Reforma Psiquiátrica”, um processo contínuo que propõe uma mudança de concepção sobre o que é a “loucura” ou o sofrimento psíquico.

Questão 03

No texto apresentado, há diversas instâncias de uso de linguagem denotativa e conotativa para discutir o tema da Luta Antimanicomial. Assinale a alternativa que ilustra corretamente uma utilização de linguagem conotativa.

- A) “A Luta Antimanicomial é fruto de um processo histórico chamado ‘Reforma Psiquiátrica’ [...]” (7º§)
- B) “Se querer inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!” (17º§)
- C) “O Brasil, de certa forma, foi pioneiro nestas movimentações institucionais, se comparamos com nossos países vizinhos, [...]” (12º§)
- D) “Nos antigos manicômios, ou ainda em muitos hospitais psiquiátricos atuais, como podemos ver na certificação nacional de hospitais psiquiátricos do Brasil, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2018, [...]” (6º§)

Questão 04

Considerando a tipologia textual como o conjunto de características e estruturas que identificam um texto, assinale a alternativa que descreve corretamente a tipologia predominante no texto apresentado.

- A) Narração: evidenciada no trecho que detalha a Lei nº 10.216 do ano de 2001.
- B) Injunção: presente no trecho que discute a centralidade do manicômio no tratamento de problemas de saúde mental.
- C) Descrição: exemplificada no trecho sobre a homologação nacional de hospitais psiquiátricos realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 2018.
- D) Dissertação: predominante nos trechos que expõem e argumentam sobre a importância e o significado da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica.

Questão 05

No texto, os autores usam várias palavras e frases para expressar os conceitos e ações relacionadas à Luta Antimanicomial e à Reforma Psiquiátrica. No que se refere à significação das palavras, a afirmativa que descreve corretamente o significado de uma palavra ou frase no contexto é:

- A) Manicômio: hospital.
- B) Invenção: indica a criação de objetos ou dispositivos novos.
- C) Burburinho: descreve um barulho alto e perturbador durante uma manifestação.
- D) Reforma Psiquiátrica: refere-se à mudança na abordagem do tratamento de doentes mentais, movendo-se do foco no manicômio para o cuidado em liberdade.

Questão 06

Levando em consideração que o texto apresentado utiliza uma variedade de palavras pertencentes a diferentes classes gramaticais para expressar seus pontos de vista sobre a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, assinale a alternativa que identifica corretamente a classe gramatical de palavra empregada no texto:

- A) Luta: verbo, no trecho “Dia de Luta Antimanicomial [...]”.
- B) Inventado: adjetivo, no trecho “[...] inventado condições de resistir!”.
- C) Respeito: advérbio, no trecho “Uma história de respeito e de perseverança [...]”.
- D) Retrocessos: substantivo, no trecho “Temos vivenciado retrocessos no campo da saúde [...]”.

Questão 07

No trecho “Sabemos que o processo de Luta Antimanicomial não é algo que se acaba. Começou e continua no corpo das pessoas.” (15º§), a palavra “corpo” foi utilizada para se reportar

- A) ao local onde ocorre uma determinada atividade.
- B) à estrutura física dos indivíduos, referindo-se ao biológico.
- C) ao conjunto de indivíduos que compõem um grupo ou entidade.
- D) à totalidade dos seres humanos, incluindo aspectos físicos, emocionais e sociais.

Questão 08

Considerando a sintaxe da oração e do período, assinale a afirmativa que identifica corretamente a estrutura sintática da frase em destaque.

- A) “Maria leva o megafone e Paulo carrega as folhinhas com palavras sobre liberdade [...]” (1º§) – oração subordinada adverbial causal.
- B) “Se quiser inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!” (17º§) – período composto por subordinação.
- C) “Nos corpos e vidas que seguem resistindo e apresentando a diversidade das formas de ser e estar no mundo”. (15º§) – oração subordinada adjetiva restritiva.
- D) “Uma história de respeito e de perseverança que continua nos fazendo questionar diariamente o que é cuidar num país com uma desigualdade social abissal, [...]” (13º§) – período composto por coordenação.

Questão 09

Em relação às regras de concordância verbal, analise os trechos a seguir e os verbos destacados.

- I. “A música já está tocando e todos vão saindo rua afora.” (1º§).
- II. “Quem carrega as faixas?” (1º§).
- III. “Talvez a maioria da população nunca tenha ouvido [...]” (2º§).
- IV. “Nos antigos manicômios, ou ainda em muitos hospitais psiquiátricos atuais, como podemos ver na certificação nacional de hospitais psiquiátricos do Brasil, realizados pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2018, se fazem presentes marcas das condições de tratamento outrora hegemônico neste campo: [...]” (6º§).

A concordância verbal está correta em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

Questão 10

Os elementos de coesão são ferramentas linguísticas que permitem a conexão e a harmonia entre as partes de um texto. Em relação ao trecho “O Brasil, de certa forma, foi pioneiro nestas movimentações institucionais, se comparamos com nossos países vizinhos, que seguem ainda na batalha para tirar a centralidade do manicômio.” (12º§), analise as afirmativas a seguir.

- I. A expressão “de certa forma” pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “de algum modo”.
- II. O pronome relativo “que” é um elemento de coesão referencial, pois retoma a expressão “nossos países vizinhos”.
- III. “Se” exerce a função de conjunção condicional em “se comparamos com nossos países vizinhos”.
- IV. O termo “ainda” pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por “também”.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e III.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 11

Em “Se quiser inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!” (17º§), a figura de linguagem evidenciada é:

- A) Antítese.
- B) Metáfora.
- C) Hipérbole.
- D) Metonímia.

Questão 12

Em relação ao trecho “No Brasil, a reforma se manifesta principalmente através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de tratamento.” (9º§), analise as afirmativas a seguir sobre o uso das vírgulas.

- I. Em “No Brasil, a reforma se manifesta principalmente através da Lei nº 10.216”, a vírgula está isolando um adjunto adverbial.
- II. Em “através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais”, a vírgula separa elementos da mesma função sintática em uma enumeração.
- III. Em “através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais”, a vírgula isola o adjunto adverbial deslocado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 13

Considerando que a mais importante lei estruturante de um município é a sua Lei Orgânica, analise as afirmativas a seguir.

- I. É permitida a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, se houver compatibilidade de horários.
- II. O município reservará vinte por cento de cargos, funções e empregos públicos para provimento com portador de deficiência e definirá os critérios de sua admissão, bem como de comprovação clínica de deficiência.
- III. O servidor público municipal e sua família serão inscritos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para o qual contribuirá o município.
- IV. O município apoiará e incentivará a criação de cooperativas para atender às necessidades de habitação, vestuário, alimentação e material escolar de seus servidores públicos.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 14

Nos termos do seu Regimento Interno, a Câmara Municipal de Pouso Alegre tem sua sede na Avenida São Francisco, nº 320, dispondo, ainda, sobre importantes institutos relativos ao Poder Legislativo do município. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários com mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente, na mesma legislatura.
- II. As comissões da Câmara Municipal, que podem ser permanentes ou temporárias, são órgãos internos destinados a estudar, investigar e apresentar conclusões ou sugestões sobre as matérias submetidas à sua apreciação. Seu pronunciamento, sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo, dar-se-á através de parecer.
- III. No início de cada sessão legislativa ordinária, os partidos comunicarão à Mesa Diretora a escolha de seus líderes, isto é, dos Vereadores que falam autorizadamente em seu nome, sendo seu porta-voz oficial, em relação a todos os órgãos da Câmara Municipal, sendo o líder do governo indicado pelo Chefe do Poder Executivo.
- IV. Dar-se-á a extinção do mandato do Vereador, dentre outros motivos, por morte; pela renúncia por escrito; e, pela fixação de residência fora do município.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 15

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Nos termos da LGPD, analise as afirmativas a seguir.

- I. A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos, dentre outros, a autodeterminação informativa; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; bem como os direitos humanos; o livre desenvolvimento da personalidade; a dignidade; e, o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.
- II. Dado anonimizado é o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento; enquanto dado pessoal sensível é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- III. As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os princípios do livre acesso, qualidade dos dados e prevenção, dentre outros.
- IV. A LGPD é aplicada também ao tratamento de dados pessoais realizados para fins, exclusivamente, jornalísticos e artísticos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

Questão 16

As normas gerais de licitação e contratação são trazidas, atualmente, pela Lei nº 14.133/2021. Levando-se em conta o seu conteúdo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O processo licitatório tem por objetivo, dentre outros, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- () Superfaturamento é o dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, dentre outras situações, por deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança.
- () Notória especialização é a qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- () Licitação internacional é aquela processada em território nacional na qual é admitida a participação de licitantes estrangeiros, com a possibilidade de cotação de preços em moeda estrangeira, ou licitação na qual o objeto contratual pode ou deve ser executado no todo ou em parte em território estrangeiro.

Nos termos Lei de Licitações, a sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) V, F, F, V.
- C) F, F, V, V.
- D) F, V, F, F.

Questão 17

O Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848/1940, dispõe sobre os crimes contra a Administração Pública. Analise os atos praticados, a seguir, por funcionários do município de Pouso Alegre:

- Tício patrocinou, diretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- Caio retardou, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- Semprônio exigiu tributo que sabia indevido.
- Mévio apropriou-se de dinheiro de que tinha a posse em razão do cargo.

Nos termos do Código Penal, os atos praticados por Tício, Caio, Semprônio e Mévio, compõem, respectivamente, os seguintes tipos penais:

- A) Tráfico de influência; peculato; sonegação; e, corrupção passiva.
- B) Advocacia administrativa; prevaricação; excesso de exação; e, peculato.
- C) Tráfico de influência; prevaricação; excesso de exação; e, corrupção passiva.
- D) Advocacia administrativa; corrupção passiva; excesso de exação; e, prevaricação.

Questão 18

Princípios são espécies de normas jurídicas abstratas importantes para a hermenêutica e integração jurídica. No direito administrativo, tanto a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) quanto as normas infraconstitucionais dispõem deste tipo de normativo, tratados de modo explícito ou implícito, na legislação. São considerados princípios do direito administrativo trazidos explicitamente por nossa Constituição somente os indicados em:

- A) Legalidade; contraditório; e, ampla defesa.
- B) Legalidade; autotutela; e, proporcionalidade.
- C) Impessoalidade; contraditório; e, indisponibilidade do interesse público.
- D) Eficiência; legalidade; e, supremacia do interesse público sobre o privado.

Questão 19

De acordo com o Art. 5º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o acesso a informações, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei de Acesso à Informação deve ser aplicada somente pela administração direta e indireta da União; portanto, não deve ser aplicada no âmbito municipal que, obrigatoriamente, disciplinará o assunto.
- II. O acesso a informações públicas será assegurado mediante criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e, ainda, realizar audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou outras formas de divulgação.
- III. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, sofrendo restrição de acesso pelos prazos máximos de vinte e cinco anos; quinze anos; e, cinco anos, respectivamente, podendo as informações relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem de agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem ter seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos.
- IV. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Está correto, nos termos da Lei de Acesso à Informação, o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 20

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) apresenta normas sobre a Administração Pública. Nos termos do disposto na CRFB, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Acerca de servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo: investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a mesma norma anteriormente citada, para o cargo de Prefeito.
- () É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o exercício do direito de greve nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- () É vedada a acumulação do um cargo de professor com um cargo privativo de profissionais de saúde.
- () Somente por lei específica serão criadas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

A sequência está correta em

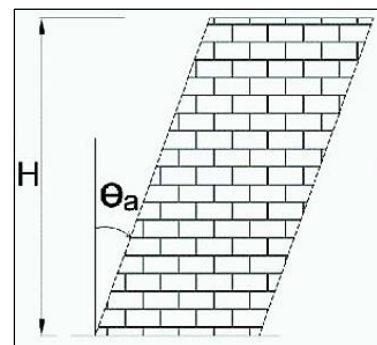
- A) V, F, V, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, F, V, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 21

Para edifícios de andares múltiplos deve ser considerado um desaprumo, pelo ângulo de desaprumo θ_a , em radianos, conforme a figura a seguir:



O ângulo de desaprumo é calculado segundo a fórmula:

$$\theta_a = \frac{1}{100 \times \sqrt{H}} \leq \frac{1}{40 \times H}$$

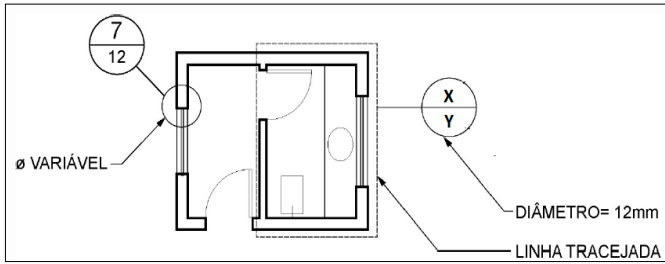
onde H é a altura total da edificação expressa em metros (m).

Estes fatores, para a ação de análise estrutural, devem ser considerados em:

- A) Ações variáveis.
- B) Cargas acidentais.
- C) Imperfeições trigonométricas.
- D) Imperfeições geométricas globais.

Questão 22

Na documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos, as marcações e os detalhes são representados conforme a figura a seguir:



Neste caso, X e Y referem-se, respectivamente, a:

- A) Altura e largura da janela.
- B) Cota e inclinação do telhado.
- C) Número do desenho e número da prancha.
- D) Área útil do banheiro e área total do banheiro.

Questão 23

Em resistência dos materiais é fundamental conhecer os conceitos de estática, pois eles servirão para cálculos mais complexos de estruturas em geral. A combinação de grande número de partículas na qual todas elas permanecem a uma distância fixa umas das outras, tanto antes quanto depois da aplicação de cargas, considerando-se indeformável, é:

- A) Corpo rígido.
- B) Ponto material.
- C) Força resultante.
- D) Força concentrada.

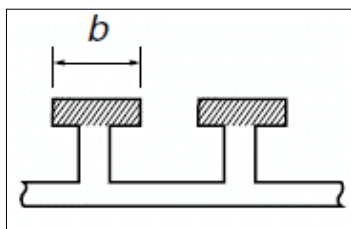
Questão 24

A segurança à instabilidade lateral de vigas deve ser garantida através de procedimentos apropriados. Como procedimento aproximado pode-se adotar, para vigas de concreto, com armaduras passivas ou ativas, sujeitas à flambagem lateral, as seguintes condições:

- $b \geq 10 / 50; e,$
- $b \geq \beta fl h;$

Onde:

- b é a largura da zona comprimida;
- h é a altura total da viga;
- l_0 é o comprimento do flange comprimido, medido entre suportes que garantam o contraventamento lateral; e,
- βfl é o coeficiente que depende da forma da viga.



Considerando a figura anterior e a tipologia da viga e, ainda, que a parte hachurada é a zona comprimida, o valor de βfl é:

- A) 0,05.
- B) 0,10.
- C) 0,20.
- D) 0,40.

Questão 25

“Os requisitos de classificação das esquadrias externas instaladas na posição vertical em edifícios de caráter residencial ou comercial são, no mínimo, estabelecidos para as cinco classes em relação ao número de pavimentos e à altura da edificação. As pressões de ensaio adotadas são indicadas conforme normativo técnico; considera-se sempre o último pavimento da edificação onde as esquadrias estão instaladas, mantendo-se este valor para todos os pavimentos, sendo que até _____ pavimentos: esquadrias instaladas em edifícios até _____ pavimentos e altura máxima de _____ metros.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) dois / dois / 7,0
- B) cinco / cinco / 18,0
- C) dez / dez / 35,0
- D) vinte / vinte / 60,0

Questão 26

Para que um projeto de prevenção e combate ao incêndio seja aprovado pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, é importante que o engenheiro considere, além das normas federais, a legislação estadual, contemplando suas leis, decretos e manuais com as Instruções Técnicas (IT) do corpo de bombeiros. Sobre a saída de emergência em edificações no estado de Minas Gerais por meio do seu IT-08, assinale a afirmativa correta.

- A) As portas que abrem no sentido do trânsito de saída, para dentro de rotas de saída em ângulo de 90°, devem ficar em recessos de paredes, de forma a não reduzir a largura efetiva em valor maior que 20 cm.
- B) Os acessos para as saídas de emergência devem ter pé direito mínimo de 2,70 m, com exceção de obstáculos representados por vigas, vergas de portas, e outros, cuja altura mínima livre deve ser de 2,10 m.
- C) A largura das saídas deve ser medida em sua parte mais estreita, não sendo admitidas saliências de alisares, pilares e outros, com dimensões maiores que 15 cm e somente em saídas com largura superior a 1,50 m.
- D) Em edificações térreas pode ser considerada como saída, para efeito da distância máxima a ser percorrida, qualquer abertura, sem grades fixas, com peitoril, tanto interna quanto externamente, com altura máxima de 1,20 m, vão livre com área mínima de 1,20 m² e nenhuma dimensão inferior a 1,0 m.

Questão 27

O uso de máscara durante o trabalho pelos profissionais da construção civil é comum, sendo considerada um Equipamento de Proteção Individual (EPI). De acordo com a NR-06, qual tipo de respirador purificador de ar não motorizado deverá ser ofertado ao colaborador para a sua proteção contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos?

- A) Peça semifacial filtrante para partículas PFF3.
- B) Peça semifacial filtrante para partículas PFF2.
- C) Peça semifacial filtrante para partículas PFF1.
- D) Peça um quarto facial para partículas de classe P1.

Questão 28

As NRs se diferenciam da NBR, principalmente, quanto à obrigatoriedade. Sendo regulamentadas por Portarias de órgão público, as NRs têm caráter obrigatório. Portanto, seu descumprimento é uma desobediência à própria Lei e gera multas, sanções e até mesmo interdição das atividades de uma corporação. Como a NBR vem de uma entidade privada, ela não é considerada obrigatória. No entanto, existem leis que exigem o cumprimento de algumas destas normas que, então, passam a ser obrigatórias. Normalmente, tais normas se completam; porém, em alguns pontos, como, por exemplo, nas áreas de vivências dos canteiros de obras, são evidentes elementos discordantes entre a NR-18 e a NBR-12284. Considerando tais divergências, assinale a afirmativa correta.

- A) O deslocamento do trabalhador do seu posto de trabalho até a instalação sanitária mais próxima deve ser de, no máximo, 250 m de acordo com a NR-18, enquanto que a norma da ABNT destina, no máximo, 130 m. A área mínima ao redor do vaso sanitário deve ser de 1,0 m², segundo a NR-18 e (0,9 x 1,10) m² para a NBR-12284.
- B) A área mínima para cada conjunto cama beliche/armário no alojamento deve ser, segundo a NR-18 e a NBR-12284, respectivamente, 2,00 m² e 4,00 m², sendo vedado o uso de 3 ou mais camas na vertical. As duas normas se convergem no fornecimento de água potável, sendo obrigatório 1 bebedouro para cada grupo de 30 colaboradores.
- C) Na NR-18, a cozinha é um ambiente obrigatório nos canteiros, enquanto na NBR-12284 fica a critério da empresa. Neste ambiente, segundo a norma regulamentadora, é obrigatório o fornecimento de água potável por meio de bebedouro ou outro dispositivo equivalente, na proporção de uma unidade para cada grupo de 25, enquanto que a NBR não quantifica tal número.
- D) Na NR-18, para cada grupo de 20 operários ou fração é necessário um conjunto de 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 mictório, bem como 1 chuveiro para cada grupo de dez trabalhadores ou fração, enquanto a norma da ABNT exige 1 chuveiro e 1 lavatório para cada dez trabalhadores ou fração, 1 vaso sanitário e 1 mictório para cada quinze trabalhadores ou fração, considerando o turno de maior número de trabalhadores.

Questão 29

A elaboração e a implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) nos canteiros de obras são obrigatórias, devendo contemplar os riscos ocupacionais e suas respectivas medidas de prevenção. Além de considerar as exigências previstas na NR-01, o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) deve conter o projeto da área de vivência do canteiro e de eventual frente de trabalho, assim como os seguintes documentos, EXCETO:

- A) Projeto elétrico das instalações temporárias, elaborado por profissional legalmente habilitado.
- B) Projeto hidrossanitário das instalações temporárias, elaborado por profissional legalmente habilitado.
- C) Projetos do Sistema de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ), quando aplicável, elaborados por profissional legalmente habilitado.
- D) Projetos dos sistemas de proteção coletiva elaborados por profissional legalmente habilitado, assim como a relação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPs) e suas respectivas especificações técnicas, de acordo com os riscos ocupacionais existentes.

Questão 30

O setor de segurança do trabalho é fundamental para as instituições que desejam proteger os seus colaboradores. Considerando que os profissionais de saúde e segurança do trabalho elaboram diversos documentos/programas, que precisam ser controlados e mantidos em dia conforme as exigências legais, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) deverá ser confeccionado e assinado por um engenheiro de segurança do trabalho ou por médico de segurança do trabalho, indicando os registros profissionais para ambos. Ele visa documentar o resultado das avaliações ambientais, com base na legislação previdenciária, tendo por objetivo averiguar se o empregado segurado tem direito ou não à aposentadoria especial.
- II. O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) é uma ferramenta gerencial administrativa obrigatória que tem como função gerenciar os riscos de uma instituição, devendo conter, na sua documentação, no mínimo, o inventário de riscos. Este programa pode ser confeccionado e gerenciado tanto por técnico de segurança do trabalho quanto pelo engenheiro de segurança do trabalho.
- III. A Análise Ergonômica do Trabalho (AET) é um documento que deve ser realizado em determinado ambiente ou setor de trabalho quando são identificadas inadequações ou insuficiência das ações adotadas pela organização da segurança ou quando sugerido pelo acompanhamento de saúde dos trabalhadores, nos termos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). O relatório da AET, quando realizado, deve ficar à disposição na instituição pelo prazo de quinze anos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 31

O licenciamento de obras e edificações é um instrumento de controle urbano composto de três fases: aprovação do projeto arquitetônico; licença para a construção; e, certificação da conclusão da obra. Diante do exposto, o Código de Obras e o Plano Diretor do Município de Pouso Alegre afirmam que:

- I. Para a aprovação dos projetos arquitetônicos, eles deverão ser apresentados em arquivo digital nas extensões .dwg e .pdf. Em caso de movimentação de terra acima de 1.500 m³ é necessária a apresentação de licença do órgão competente.
- II. O afastamento mínimo de 1,50 metro em relação às divisas laterais e de fundo do terreno deve ser obedecido para todas as edificações.
- III. Para edificações com área até 1.000,00 m², o prazo de validade do alvará de construção do empreendimento será de dois anos, renováveis, pelo mesmo prazo, no máximo, duas vezes.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 32

Existem diversas formas para se determinar uma estimativa média de funcionários em um canteiro de obras e, de acordo com *Qualharini* (2018), “para se dimensionar o canteiro de obras, um cálculo empírico necessita ser feito sobre o efetivo essencial e suas respectivas áreas de trabalho e apoio”. Admitindo-se a carga horária de trabalho de 44 horas semanais, o que perfaz, aproximadamente, 200 horas ao mês, e por informes práticos em quantitativos de homem-hora por metro quadrado (HH/m²), nos últimos 20 anos, pode-se indicar que o quantitativo de HH estaria entre 40 e 80 para obras de edificações urbanas. Dessa forma, pode-se arbitrar a quantidade HH/m² vezes o total de área construída da futura edificação e dividir o valor resultante por 200 horas ao mês, multiplicado pelo número de vezes que se pretende realizar o empreendimento, conforme pode ser verificado na fórmula:

$$n^{\circ} \text{ de operários} = \frac{[(40 \text{ a } 80HH) \times \text{área construída}]}{200h \times n^{\circ} \text{ meses}}$$

(QUALHARINI, E.L. *Canteiro de Obras. Coleção Construção Civil na Prática, vol. 1, 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.*)

O engenheiro fiscal se depara com o seguinte caso: uma empresa foi contratada para executar uma edificação de 350 m², cujo tempo de execução da obra deverá respeitar o cronograma fornecido pela prefeitura, totalizando 10 meses. Ao iniciar a construção, a contratada disponibilizou 4 colaboradores para o serviço, trabalhando em horário comercial em regime de diárias. Analise as asserções correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “De acordo com os cálculos estimados por *Qualharini*, não é possível executar a obra com esse número de funcionários no tempo proposto pelo cronograma.”

PORQUE

- II. “Ao considerar a conclusão da obra em 10 meses, mesmo existindo uma distorção nos primeiros e nos últimos meses de toda a obra, seriam necessários 6 trabalhadores para que a estimativa de funcionários possa atender às necessidades reais para a conclusão deste tempo determinado.”

Assinale a alternativa correta.

- A) A asserção I é uma proposição verdadeira; a II é uma proposição falsa.
 B) A asserção I é uma proposição falsa; a II é uma proposição verdadeira.
 C) As asserções I e II são proposições verdadeiras; a II é uma justificativa correta da I.
 D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

Questão 33

De acordo com o Plano Diretor de Pouso Alegre, o afastamento (recuo) frontal é a menor distância admitida entre a edificação e o alinhamento do lote na calçada; tal afastamento mínimo exigido para novos parcelamentos do solo é relativo à hierarquização viária do local, a saber, uma rodovia, estrada, via arterial, coletora ou via local.

(Lei Ordinária nº 6.476, de 23 de setembro de 2021.)

Para um lote com testada para uma rodovia, o afastamento frontal mínimo exigido para novos parcelamentos de solo no município será de:

- A) 5 metros.
 B) 7 metros.
 C) 10 metros.
 D) 15 metros.

Questão 34

Sobre os subcoletores e coletores prediais de uma rede de esgoto sanitário, assinale a afirmativa correta.

- A) A declividade máxima a ser considerada dos coletores e subcoletores horizontais conforme a NBR 8160 é de 5%.
 B) Devem ser de preferência retilíneos. Quando necessário, os desvios devem ser feitos com peças com ângulo central inferior a 45°, não sendo necessários elementos que permitam a inspeção.
 C) Os subcoletores e coletores prediais podem ser dimensionados pela somatória das Unidades *Hunter* de Contribuição (UHC), sendo que o coletor predial deve ter diâmetro nominal mínimo de 75 mm.
 D) Todos os trechos horizontais devem possibilitar o escoamento dos efluentes por gravidade, devendo, para isso, apresentar uma declividade constante, sendo recomendada uma declividade mínima de 1% para tubulações com diâmetro nominal igual ou superior a 75 mm.

Questão 35

Sobre a NBR 12655, que dispõe sobre preparo, controle, recebimento e aceitação do concreto de cimento *Portland*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os responsáveis pelo recebimento e pela aceitação do concreto são o proprietário e o responsável técnico pela obra. Todos os relatórios de ensaios, laudos e demais documentos comprobatórios sobre a qualidade do concreto devem estar disponíveis e armazenados pelo prazo de 2 anos.
 II. O armazenamento dos sacos de cimento recebidos no canteiro deve ser realizado em pilhas com, no máximo, 15 unidades, quando ficarem retidos por período inferior a 15 dias, ou em altura de, no máximo, 10 unidades, quando permanecerem por um período mais longo.
 III. Quando o concreto é preparado no canteiro de obras pelo construtor, devem ser realizados ensaios de consistência sempre que ocorrerem alterações na umidade dos agregados, na primeira amassada do dia, ao reiniciar o preparo após a interrupção da jornada de concretagem de pelo menos duas horas, na troca dos operadores e cada vez que forem moldados corpos de prova.
 IV. O controle da resistência do concreto pode ser realizado por amostragem total ou parcial. Na amostragem total, todas as betonadas são amostradas e representadas por um exemplar que define a resistência à compressão daquele concreto naquela betonada.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
 B) II e III.
 C) I, III e IV.
 D) II, III e IV.

Questão 36

A execução de uma obra exige planejamento de tempo e recursos, sendo fundamental a elaboração de cronogramas físico e financeiro para garantir a execução correta do empreendimento. A fim de que não haja desperdícios, o engenheiro deverá elaborar um cronograma físico-financeiro para a execução de uma reforma em uma escola, a ser executada em oito meses e orçada em R\$ 3.000.000,00. Sabe-se que a obra foi dividida em seis etapas ou atividades; cada uma prevê determinado percentual de custo. A primeira atividade corresponde a 30% do custo total da obra; a segunda e a terceira etapas, cada qual custa 20% do total; para a quarta atividade deve ser pago 12%; a quinta e a sexta atividades dividem igualmente o custo restante. A distribuição das atividades está apresentada no cronograma a seguir:

Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
1ª								
2ª								
3ª								
4ª								
5ª								
6ª								

Considerando as informações, construa o cronograma físico-financeiro e assinale a afirmativa correta.

- A) Até o terceiro mês será gasto R\$ 1.550.000,00, em um total de 52% do custo total da obra.
- B) Até o sexto mês serão gastos R\$ 2.080.000,00, em um total de 69,3% do custo total da obra.
- C) No terceiro mês, serão desembolsados R\$ 450.000,00 perfazendo 15% do custo total da obra.
- D) No sexto mês, serão desembolsados R\$ 530.000,00 perfazendo 17,7% do custo total da obra.

Questão 37

Considere a obra de construção de determinada escola para a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre. Os valores estabelecidos pela planilha de referência SEINFRA, praticada para definir preços para as obras do Estado de Minas Gerais, foram apresentados a seguir com composições unitárias para a construção de muro em alvenaria de concreto, com pilares de concreto armado e seção transversal quadrada de 25 x 25 cm a cada 5,0 metros lineares de muro, aproximadamente, ou seja, 5 pilares em cada lado menor e 11 em cada lado maior.

Material / Mão de obra	Valor Unitário
ED-48195 – Alvenaria de vedação com bloco de concreto, esp. 14 cm, com acabamento aparente, inclusive argamassa para assentamento	R\$ 69,45 / m ²
ED-49618 – Fornecimento de concreto estrutural, preparado em obra, com f _{ck} 20 MPa, inclusive lançamento, adensamento e acabamento	R\$ 717,72 / m ³
ED-49645 – Fôrma e desforma de compensado resinado, esp. 12 mm, reaproveitamento (3x), exclusive escoramento	R\$ 66,12 / m ²

Sobre o custo de cada item para a construção de um muro, a fim de cercar todo um terreno de 20,0 m x 50,0 m, com 4,0 m de altura, assinale a afirmativa correta.

- A) Custo estimado de fôrma: R\$ 4.976,00.
- B) Custo estimado com concreto estrutural C20: R\$ 5.024,00.
- C) Custo estimado com concreto estrutural C20 e fôrmas: R\$ 10.000,00.
- D) Custo estimado com alvenaria de blocos de concreto assentados: R\$ 30.000,00.

Questão 38

De acordo com a Lei nº 5.194/1966, a profissão de engenheiro se caracteriza pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização de projeto e execução de edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos. Fazem parte do escopo de atribuições do engenheiro civil, de acordo com a Resolução 218/1973 do CONFEA, exercer suas atividades em serviços de:

- I. Pistas de rolamentos e aeroportos.
- II. Sistemas de refrigeração e de ar condicionado.
- III. Sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento.
- IV. Portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação.
- V. Controle de poluição, higiene e conforto de ambiente.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e IV.
- B) III e V.
- C) I, II e V.
- D) I, III e IV.

Questão 39

O Plano Diretor do Município de Pouso Alegre – Lei Municipal nº 6.476/2021, orienta o desenvolvimento e o crescimento da cidade até 2030, estabelecendo as regras de uso e ocupação do solo de maneira compacta, conectada e coordenada. No referido documento, a execução de obras é devidamente disciplinada sendo requerida uma série de documentos para a sua liberação. Sobre os parâmetros urbanísticos, o fiscal deverá ficar atento para que um novo empreendimento atenda ao que é preconizado na normativa. Considerando a Lei nº 6.476/2021, assinale a afirmativa correta.

- A) Taxa de Ocupação máxima (TOmax): relação entre a área de projeção horizontal da edificação e a área total do terreno, não sendo computadas áreas de projeções como varandas em balanço.
- B) Afastamento ou recuo frontal: menor distância admitida entre a edificação e o alinhamento do lote na calçada; consiste em faixa *Non Aedificandi*, destinada ao alargamento da via, seja calçada e/ou pista de rolamento, quando necessário. O afastamento (recuo) frontal mínimo exigido para novos parcelamentos do solo é relativo à hierarquização viária, sendo de 20,00 m para as rodovias e 7,00 m para as vias coletoras.
- C) Gabarito: altura máxima (GA), em metros, que a edificação poderá alcançar, sendo a altura da edificação medida, na vertical, a partir do ponto mais baixo da testada do lote, incluindo caixa d'água, ático e casa de máquinas. Em lotes com duas testadas ou mais e níveis diferentes, poderá ser medido o gabarito a partir do nível mais alto se for considerado como testada principal da edificação, limitando o desnível a 6,00 m de altura entre as testadas.
- D) Taxa de Permeabilidade Mínima: dada pela relação entre a área do terreno destinada à infiltração e/ou armazenamento de água pluvial e a área total do terreno, de modo a propiciar alívio para o sistema público de drenagem urbana. A área permeável mínima deve ser dotada de material permeável e livre de qualquer elemento construtivo que impeça ou dificulte a infiltração de água no solo, sendo possível computar a área do afastamento (recuo) frontal obrigatória, bem como as faixas *Non Aedificandi* ao longo de rodovias e ferrovias.

Questão 40

A Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conhecida como a Nova Lei de Licitações, teve seu prazo de plena vigência prorrogado para o ano de 2025, estando em funcionamento paralelo a Lei nº 8.666/1993. Sobre as diferenças entre a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei nº 14.133/2021 foi atualizada para se adequar às novas tecnologias e às necessidades do setor público atual, o que permite a utilização de sistemas eletrônicos de licitação, facilitando a participação de empresas de todos os tamanhos e de diferentes regiões do país.
- II. Lei nº 8.666/1993 incentiva a participação de pequenas e médias empresas, através de cotas e outras medidas específicas, suprimidas na Nova Lei de Licitação.

- III. Na nova lei há inclusão de critérios de desempate além do preço, o que permite maior competitividade entre as empresas participantes.
- IV. Na nova lei é possível recorrer à arbitragem em caso de disputas, o que pode agilizar o processo de resolução de conflitos.
- V. A nova lei exige que as empresas licitantes elaborem o projeto executivo para as obras e serviços de engenharia em todos os casos, sem ressalvas.
- VI. A nova lei estabelece que na execução indireta de obras e serviços de engenharia são admitidos os seguintes regimes: empreitada por preço unitário; empreitada por preço global; empreitada integral; contratação por tarefa; contratação integrada; contratação semi-integrada; e, fornecimento e prestação de serviço associado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II, V e VI.
 B) I, II, IV e V.
 C) I, III, IV e VI.
 D) II, III, V e VI.

Questão 41

De acordo com a Lei Ordinária nº 6.544/2021, assinale a afirmativa correta.

- A) Nos loteamentos com acesso controlado, compete aos seus moradores a manutenção das áreas públicas localizadas dentro do perímetro fechado do loteamento.
- B) No parcelamento destinado exclusivamente ao uso não residencial, inserido na Macroárea de Industrialização e Desenvolvimento Econômico (MIDE) e na Zona de Empreendimento de Porte (ZEP), torna-se devida a transferência de 15% em área pública ao município.
- C) Em caso modificação de parcelamento do solo, a contar da publicação da aprovação, os proprietários dos terrenos modificados deverão submeter o registro da modificação aprovada junto ao Cartório de Registro de Imóveis em até cento e cinquenta dias, sob pena de caducidade.
- D) Nos loteamentos para fins urbanos, é obrigatória a transferência ao município de área institucional, sendo, no mínimo, 5% da gleba destinada à instalação de equipamentos urbanos, e comunitários, considerando-se, para fins de cálculos, as áreas não parceláveis e *Non Aedificandi* previstas no Plano Diretor.

Questão 42

Considerando o que estabelece o Código de Obras do Município de Pouso Alegre, “o alvará de construção nas edificações com área de até 1.000,00 m² terá validade de _____ anos. Já nas edificações com área superior a 1.000,00 m², a validade será de _____ anos; ambos renováveis, pelo mesmo prazo, no máximo, duas vezes. Os prazos serão contados a partir da data de sua expedição”. Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) um / dois
 B) um / três
 C) dois / três
 D) três / quatro

Questão 43

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº 6.476/2021, sobre o Plano Diretor de Pouso Alegre, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O território do Município de Pouso Alegre é dividido em macrozonas, para melhor orientação de seu desenvolvimento territorial, estabelecendo-se Macrozona de Desenvolvimento Urbano (MDU) e Macrozona de Desenvolvimento Rural e Ambiental (MDRA).
- () A Macroárea de Resiliência Urbana (MRU) tem como objetivo garantir melhores condições para habitações em regiões com indicadores de vulnerabilidade social. Dentre seus objetivos específicos de ordenação está a promoção da urbanização e regularização fundiária em áreas carentes de infraestrutura, loteamentos clandestinos e irregulares existentes.
- () A Macroárea de Desenvolvimento Rural Sustentável (MDRS) caracteriza-se pela existência de assentamentos destinados à produção agropecuária, agroindustrial, de proteção ambiental, extrativistas, turismo rural, lazer, além de fragmentos significativos de vegetação nativa, entremeados, fazendas e sítios, chácaras de veraneio e recreação que protegem e/ou impactam, em graus distintos, a qualidade dos recursos hídricos da fauna e da flora. Dentre seus objetivos específicos de ordenação está o incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).
- () A Macroárea de Urbanização Consolidada (MUC), pertencente à estrutura da Macrozona de Desenvolvimento Urbano (MDU), corresponde à região mais antiga e com maior densidade construtiva e populacional do Município, concentrando empregos e serviços, sendo caracterizada pela presença de imóveis de valor histórico, com a existência de uso misto do solo, presença de comércios e serviços e por bairros que sofreram um intenso processo de transformação e urbanização. Dentre seus objetivos específicos de ordenação está promover a proteção dos bens e imóveis de valor histórico e cultural localizados na região.
- () A Macroárea de Transição Urbana (MTU) é um território de transição entre a zona urbana e a zona rural, propícia para a qualificação urbanística e ambiental, e para provisão de habitação, equipamentos e serviços, respeitadas as condicionantes ambientais, caracterizando-se pelos padrões de ocupação de baixo adensamento, e concentração de atividades industriais e minerárias. Dentre seus objetivos específicos de ordenação está o incentivo aos usos não residenciais, inclusive as atividades industriais e de logística, visando à ampliação da oferta de oportunidades de trabalho e à redução do deslocamento entre moradia e trabalho.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, V, F.
- B) F, F, V, F, V.
- C) V, F, V, V, F.
- D) F, V, F, F, V.

Questão 44

Entre os objetivos do processo licitatório, pode-se destacar a função de evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos. Considerando os termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o superfaturamento, dano provocado ao patrimônio da Administração, é caracterizado, dentre outras situações, por:

- A) Medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas.
- B) Eficiência na execução de obras e serviços de engenharia que resulte em diminuição dos custos, sempre em prejuízo da vida útil ou segurança.
- C) Alterações no orçamento de obras e serviços de engenharia que visam adequar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado.
- D) No caso de obras e serviços de engenharia, as propostas, cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, serão consideradas sobrepreço.

Questão 45

A Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, dispõe que será adotado o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo ser empregada em serviços

- A) comuns de engenharia.
- B) de restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.
- C) de patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas.
- D) técnicos especializados de natureza, predominantemente, intelectual.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em **NENHUM MEIO**. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

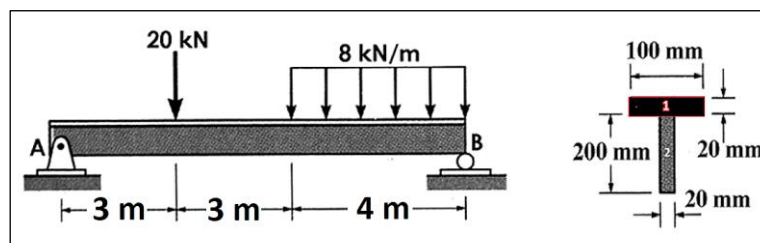
- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 2 (duas) questões teóricas e/ou estudos de casos versando sobre temas relacionados aos conhecimentos específicos do respectivo cargo. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 15 (quinze) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas para cada questão teórica e/ou estudo de caso. Será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	10 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO:	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,25 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Questão 01

A viga T apresentada na figura sujeita o carregamento indicado:

(Dados: $E_1 = E_2 = 205 \text{ GPa}$.)



Determine as tensões máximas de tração e compressão (considerando a flexão pura) na viga T.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Questão 02

Dosar um concreto de cimento *Portland* é um procedimento que busca obter o melhor traço e a melhor proporção entre os materiais que constituem o concreto. O traço pode ser expresso em massa ou em volume, podendo ser possível utilizar diferentes métodos de dosagens. Se uma obra utiliza 120 m³ de concreto, com traço em massa de 1:3:2 (cimento:areia:brita) e relação água/cimento (a/c) de 0,40, determine o quantitativo de sacos de cimento (50 kg) mínimo, em valores aproximados, necessários para tal concretagem, sendo o número de vazios nulo para o concreto fresco.

(Considere que as massas específicas reais dos materiais são: cimento CP32 = $3.150 \frac{\text{Kg}}{\text{m}^3}$; areia = $2.630 \frac{\text{Kg}}{\text{m}^3}$; e, brita 1 = $26.530 \frac{\text{Kg}}{\text{m}^3}$.)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível médio; e, 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior, bem como para o cargo de Procurador. Serão aplicadas Provas Discursivas para todos os cargos, sendo 1 (uma) redação para o cargo de nível médio; 2 (duas) questões teóricas e/ou estudos de casos para os cargos de nível superior (exceto Procurador); e, 1 (um) parecer jurídico para o cargo de Procurador.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. A prova terá duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e para a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados relativos à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.